

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: NOVAS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Laélia Portela Moreira

UNESA/RJ/Brasil

moreira.laelia@gmail.com

Resumo: Trata-se de uma discussão sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni), implantado no Brasil a partir de 2005. Focaliza críticas acadêmicas que, pautadas na oposição ensino superior público *versus* ensino superior privado, privilegiam a abordagem macrossociológica, e, finalmente, propõe algumas questões importantes a serem objeto de estudos empíricos posteriores que levem em conta as dimensões culturais e pedagógicas dessa política pública.

Palavras-chave: ensino superior; ProUni; políticas públicas; pedagogia.

INTRODUÇÃO

O aumento da demanda por acesso à universidade trouxe, para o cenário educacional brasileiro, novos atores e instituições que compõem um quadro bastante heterogêneo e complexo do ensino superior, sobre o qual tornam-se necessários estudos que possam dar conta das transformações operadas, nos últimos anos, nesse nível da educação brasileira. O valor social da educação e o desejo de que seja um bem acessível, em níveis cada vez mais elevados, às próximas gerações está presente em todas as classes sociais, conscientes das exigências do cada vez mais competitivo mundo do trabalho. Em que pese a expansão acentuada do atendimento aos alunos no ensino superior, nos últimos 40 anos, este crescimento ainda não se revela suficiente para reverter algumas taxas bastante desfavoráveis, quando comparadas com outros países da América Latina. (PORTO; RÉGNIER, 2003)¹. Atualmente, o índice da região é de 24%, retraído principalmente por países como o Brasil, que mantém apenas 13,2% da população dessa faixa etária na graduação. (CARVALHO, J.R. 2009).

O acesso a esse nível de ensino por parte de estudantes anteriormente alijados desse cenário, o impacto da implementação de programas de ações afirmativas, como a reserva de vagas nas universidades públicas e o ProUni, no mercado de trabalho e no equilíbrio de forças entre o ensino superior público e o privado certamente representam alguns dos importantes temas a carecerem de investigação na década que se inicia.

Nessa perspectiva, a discussão sobre o Programa Universidade para Todos, como política pública, por sua natureza polêmica e pela repercussão social que sua implementação

tem acarretado, apresenta diversas faces e possibilidades de discussão, especialmente no que se refere aos possíveis rebatimentos dessa política no campo da Pedagogia, visto que, além de oferecer bolsas para egressos de escolas públicas de um modo geral, em determinadas faixas de renda, destina parte do benefício a professores do ensino público que queiram cursar licenciaturas, o Curso Normal Superior ou a Faculdade de Pedagogia sem que, nesse caso, seja necessário que atendam aos critérios de renda previstos para as outras categorias de concorrentes.

A abordagem de uma política pública como o ProUni parte da consideração inicial de que se trata de objeto cuja configuração encontra-se em processo, e cujos estudos têm sido, até o momento, em sua vertente principal, predominantemente marcados pela abordagem macrossociológica que, ao lado de, indiscutivelmente, trazer à luz alguns aspectos problemáticos do Programa, como a questão da renúncia fiscal e do equilíbrio, sempre tenso, entre ensino superior privado e ensino superior público, dentre outros, deixa, por outro lado, de abordar outras questões, dentre as quais aquelas mais especificamente vinculadas aos destinatários.

O trabalho divide-se em duas partes: inicialmente apresentaremos o Programa, acrescentando, a essa apresentação, uma análise das principais críticas que têm sido feitas a essa política pública; em seguida, proporemos novos enfoques do objeto, a partir da consideração de aspectos culturais e pedagógicos.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: DIREITO OU BENEFÍCIO?

Em função da quantidade e diversidade de atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente na implementação e também na avaliação dessa política pública, educadores, professores, membros das associações das mantenedoras do ensino superior, movimentos sociais, beneficiários diretos do programa, políticos, representantes do Governo têm, ao longo dos últimos anos, expressado suas posições sobre o Programa em artigos acadêmicos, matérias jornalísticas, encontros sindicais e de movimentos sociais e políticos, e, em menor escala, em pesquisas acadêmicas. Apenas para exemplificar, citamos alguns desses depoimentos/trechos de análises:

"[...] longe de beneficiar o ensino público, o ProUni representa o favorecimento do sistema privado de educação superior, que não é sinônimo de qualidade." (PINTO; ARELARO, 2004)² .

"O Prouni é uma usina de benefícios para os empresários e um instrumento para o marketing eleitoral, mas operacionaliza a política de apartheid educacional e de mercantilização da educação superior (HELOISA HELENA, 2006)²

" O ProUni é "bóia de salvação" do ensino privado" (LEHER, 2004)⁴

"O ProUni reforça instituições que deveriam ser fechadas"(RODRIGUES, 2005)⁵

"Este trabalho sugere que O Programa Universidade para Todos deve operar, à semelhança do PROER para o sistema bancário, em benefício da recuperação financeira das instituições particulares endividadas e com alto grau de desistência e de inadimplência. As instituições mais beneficiadas parecem ser as lucrativas, que não apenas estão submetidas às regras mais flexíveis, como também obtêm maior ganho relativo em renúncia fiscal, em troca de um número reduzido de bolsas de estudos." (CARVALHO, 2006).

Como se pode verificar, o assunto é polêmico e como no caso da reserva de vagas em universidades públicas, as diferentes posições deságuam em discussões inflamadas, contribuindo para que, em alguma dimensão, percam-se de vista aspectos pragmáticos da questão, especialmente o fato de que, desde sua implantação, em 2005, milhares de jovens vêm ocupando as vagas oferecidas, e diante dos poucos estudos empíricos existentes até o momento, as análises terminam por repetir os mesmos argumentos e pouco contribuem para o acúmulo de conhecimento sobre o impacto que a adesão ao Programa tem produzido, não só sobre as organizações que aderiram ao programa, e sobre o ensino superior em geral, mas também sobre a vida, o presente, os planos e o futuro dos destinatários dessa política.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004 e transformado posteriormente na Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, é uma política pública que resultou de amplo processo de negociação entre movimentos sociais, setores do governo e instituições de ensino superior privadas.

A partir das críticas que enfatizam o fato de destinar-se a estudantes que deverão ocupar vagas nas instituições privadas, pode-se deduzir que foi uma medida tomada à revelia dos movimentos sociais organizados, fato que não se comprova a partir de uma leitura mais diversificada sobre o assunto.

O objetivo principal desse Programa é possibilitar o acesso de estudantes não portadores de diploma de nível superior e de baixa renda ao ensino universitário. Do ponto de vista político, configura-se como uma tentativa de aproveitar as vagas ociosas existentes nas instituições de ensino superior privadas, como contrapartida social da isenção de impostos, no caso das instituições lucrativas, e ainda como uma forma de ordenar a contribuição das instituições filantrópicas por meio da concessão do benefício. Como política de inclusão, portanto, pode ser caracterizada como uma ação imediatista, visto que tanto os beneficiários, quanto os representantes do governo concordam que tal medida não soluciona as questões da qualidade do ensino básico e ainda o da educação como direito, conforme reza o texto constitucional, e ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Dentre os requisitos exigidos para a candidatura a uma bolsa do Prouni estão a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio, a renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio (para os que concorrerem a uma bolsa integral) ou menor ou igual a três salários mínimos (para os que pretendem bolsa parcial) e ainda a satisfação das seguintes condições:

- ter cursado o ensino médio completo em escola pública, ou
- ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral da instituição, ou
- ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição.
- ser portador de deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública e que estejam concorrendo a bolsas nos cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Nesses casos não é considerado o critério de renda.⁶

Criado em 2004, o Prouni selecionou sua primeira turma de beneficiados no ano seguinte. E de sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2009, já atendeu, segundo informações oficiais, cerca de 600 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais

Os números impressionam. E somados ao aumento de vagas e interiorização das universidades públicas previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado à sociedade brasileira em 2007 pelo Ministério da Educação, parecem corroborar o discurso governamental da democratização do acesso ao ensino superior, que atualmente ocorre também por meio da expansão e interiorização das universidades públicas, como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e ainda dos planos de ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, tudo isso para atingir a meta de oferta de educação superior até 2011 para pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos.

Para os educadores que se dedicam a estudar políticas públicas para a educação brasileira, entretanto, a realidade não se apresenta de forma tão transparente quanto os números parecem indicar. O panorama do ensino superior brasileiro apresenta-se confuso, complexo, heterogêneo e carente de informações consolidadas referentes ao funcionamento e à gestão das numerosas e diversificadas instituições de ensino superior do País. No que se refere ao Programa em foco, encontramos-nos muitas vezes diante de informações discrepantes e, no que se refere ao funcionamento concreto do programa, os dados são ainda mais escassos, tendo em vista os poucos estudos empíricos disponíveis até o momento.

Do ponto de vista mais global, entretanto, diversos estudos, publicados nos últimos anos, no Brasil, têm demonstrado de que maneira recomendações de organismos internacionais, dentre estas, a da reestruturação e redefinição do papel do Estado, incluindo a contenção de gastos, têm interferido em políticas educacionais brasileiras. Nessa perspectiva, já existe produção bibliográfica razoável, em forma de dissertações de mestrado, artigos em periódicos e relatórios de pesquisa.

Os estudos que privilegiam analisar a partir de uma perspectiva política contribuem, em sua maioria, para formar uma literatura crítica, centrada no argumento principal do favorecimento às IES privadas e na crítica à sua origem subordinada, dada a ingerência dos interlocutores multilaterais da agenda brasileira nas políticas públicas do país, pautadas pela retórica da modernização e pelo enxugamento do Estado.

Dentre os trabalhos mencionados, destacamos os de C. Carvalho (2006), que demonstra a articulação do Prouni com a política fiscal e o favorecimento das instituições de ensino

superior privadas, por meio da renúncia tributária, e o de Catani, Hey e Gilioli (2006)³ em que os autores, por meio do acompanhamento da trajetória do Prouni, do anúncio de que o Projeto de Lei seria encaminhado ao Parlamento (13.05.2004) até a versão definitiva da Lei nº 11.096, expõem as diversas alterações resultantes de reivindicações das IES particulares e beneficentes, e concluem que “[...] o parco teor cidadão do Prouni, manifesto quando do lançamento da proposta, foi ainda mais tolhido, pois os benefícios e sua amplitude se reduziram com as modificações do Programa original [...]” (CATANI et al., 2006, p. 1). Questionam ainda seu caráter falsamente democratizante e assumidamente assistencialista, visto que facilitaria o acesso sem garantir a permanência, e transformaria o que é direito do cidadão em benefício.

Outras pesquisas foram realizadas e revelam a consolidação de certo senso comum sobre o assunto, segundo o qual o Prouni, como política pública, ao fim e ao cabo, mascara seus verdadeiros propósitos: expandir o ensino superior sem aumentar os gastos, conforme a recomendação dos organismos multilaterais, e atender, a um só tempo, a demanda da sociedade civil e os interesses privatistas, na medida em que os bolsistas ocupam as vagas ociosas das Instituições de Ensino Superior Privadas. Trata-se, de acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), de uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado.

Independentemente dessas e de outras objeções, a procura pelas bolsas do Prouni tem aumentado consideravelmente, e um número crescente de jovens passou a se interessar pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). No primeiro semestre de 2010, o Programa recebeu 822.254 inscrições para 165 mil bolsas, das quais 86 mil são integrais e 79 mil parciais (WEBER, 2010), dando mostras de que, entre a crítica acadêmica de caráter macrossocial, baseada primordialmente na análise dos determinantes econômicos das políticas educacionais, e a busca por acesso ao ensino superior por grandes contingentes de egressos do ensino médio que não conseguem ingressar nas universidades públicas e acorrem às IES privadas, via Prouni, existe um universo de mediações à espera de estudos empíricos que possam contribuir para uma compreensão mais concretamente situada dessa política, na medida em que se leve em conta os agentes diretamente interessados.

Em *Por que uns e não outros*, que trata da trajetória dos estudantes da Maré que conseguiram ingressar, depois de várias tentativas, em universidades públicas, Jailson de Sousa e Silva (2001) já apresentava importantes questionamentos que assinalavam a

insuficiência das análises macrossociais que, ao fim e ao cabo, desconsideram as estratégias das famílias de baixa renda para fazer face às adversidades da vida. Será que movimento análogo não deve ser considerado no caso do Prouni?

A meu juízo, longe de se mostrarem suficientes, as críticas ao Prouni, suas motivações e limitações, apenas reforçam a necessidade de estudos que possam agregar conhecimento ao assunto, no que se refere às suas implicações e consequências práticas, tomando-se em consideração a população à qual o Programa se destina. Nessa perspectiva, o estudo de J. Carvalho supre, em parte, essa lacuna, ao analisar, junto a 400 bolsistas, de que maneira sujeitos sociais da população alvo do Prouni avaliam esse processo de ação afirmativa. Conforme o autor, sua pesquisa consiste “[...] num primeiro olhar analítico do processo de implantação do Prouni, problematizando sua dimensão acadêmica e intersubjetiva.” (CARVALHO, J. 2007, p. 4).

OUTROS OLHARES SOBRE O PROUNI E SEUS DESTINATÁRIOS

Estudo com alunos cotistas de uma universidade pública (COSTA; CUNHA, 2007) revela avaliação extremamente desfavorável, desses estudantes, em relação às escolas médias que frequentaram, tanto que se refere ao nível da instrução oferecida, quanto à falta de estímulo, por parte dos professores, para que prosseguissem seus estudos. Criticam, particularmente, a ausência quase total de informações sobre carreiras profissionais. Professores de escola pública, afirmaram, não dão informação sobre possibilidades futuras de estudos, a não ser a terminal.

Analisando os depoimentos desses estudantes, os autores da pesquisa ressaltam a importância de características individuais, como determinação e dedicação, para a construção de suas trajetórias até a universidade, e ainda o incentivo recebido dos amigos. Como perspectiva teórica explicativa do caminho “vitorioso” desses estudantes, sugerem a noção de resiliência, embora reconheçam sua insuficiência para a compreensão social do fenômeno.

E os bolsistas do Prouni? Qual o perfil das escolas de ensino médio que frequentaram? Que fatores contribuíram ou podem ter contribuído para obterem as condições acadêmicas de acesso ao ensino superior? A obtenção de respostas a essas e outras questões, a serem formuladas posteriormente, possibilitarão a composição um panorama interessante sobre o ensino médio e ainda sobre as estratégias de que esses estudantes lançam mão para conseguir acesso à educação, independentemente das considerações que possam e devam ser feitas a respeito da qualidade das instituições que vão conseguir frequentar. Creio ser possível

trabalhar com a hipótese de que reside na combinação de capital cultural e *ethos*, de acordo com a conceituação de Bourdieu, a inserção em seus horizontes de possibilidades de um curso superior como objeto de desejo.

No já mencionado *survey*, realizado com 400 bolsistas do Prouni de uma instituição privada considerada de excelência no Rio de Janeiro (J. CARVALHO, 2007), os resultados demonstraram que 66% dos entrevistados estudaram em escolas que apresentam bons índices de aprovação de seus alunos em vestibulares de universidades públicas. Assumindo que não tenha sido esse o caso de grande parte dos bolsistas do ProUni, como evitaram engrossar os números dos que creem que “não dão para os estudos”, ou que a universidade não é feita para eles? Que fatores contribuíram para escapassem do destino comum à maioria dos jovens de baixa renda para os quais a interrupção precoce de seu ciclo de estudos apresenta-se como natural?

Do ponto de vista global, referências teóricas, como a sociologia da educação de Bourdieu e a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin apresentam-se como importantes pontos de apoio para a problematização e reflexão sobre o tema. Mais do que simplesmente uma teoria, o pensamento complexo configura-se como uma epistemologia, uma forma de abordar os fenômenos que se opõe a qualquer tipo de reducionismo, exige atenção para a descrição e percepção dos contextos caracterizando-se, ainda, pelo exercício da racionalidade crítica. Nessa perspectiva, deve-se evitar tratamento estereotipado e linear do tema, em particular a armadilha expressa na polarização IES públicas *versus* IES privadas, a qual se sustenta na avaliação que exalta, sem gradações e sem nuances, como observação do presente, é fato, mas também como escrita do futuro, a excelência das primeiras e a qualidade duvidosa das segundas, mesmo se ainda nos encontramos em cenários incertos, com várias possibilidades de desdobramentos no que se refere ao ensino superior de um modo geral e aos efeitos das políticas afirmativas. Certamente novos estudos e trabalhos de campo são necessários e apresentarão novidades a todos os envolvidos nesse segmento educacional brasileiro. Nessa perspectiva, é importante analisar criticamente a noção simplificada e pouco dialética de que as políticas públicas, uma vez formuladas pela cartilha do neoliberalismo, têm consequências lineares e previsíveis, deduzidas a partir de uma lógica que não leva em consideração os destinatários, rebaixados à categoria de joguetes, sujeitos passivos, e não de agentes, que independentemente da naturalização internalizada de determinantes sociais, também fazem cálculos e escolhas marcadas por certo grau de racionalidade. É necessário lidar com as várias facetas da questão, empreitada que certamente exige uma abordagem

complexa, lembrando, com Edgar Morin, (2000) que “[...] a dialética não tem cabeça nem pés, ela é rotativa”.

Segundo os princípios da inteligibilidade complexa, apresentados por Morin em *Ciência com Consciência* e novamente sintetizados em *A Inteligência da Complexidade*, a singularidade está inscrita no universo e o problema consiste em combinar o conhecimento do local e do singular com a explicação do universal. E o interessante é ver o “anel de reforço” de causas endógenas e exógenas que faz com que, num dado momento um fenômeno “[...] se desenvolva numa tal direção, mais do que numa outra, ocorrendo, desde o início, virtualidades de desenvolvimento múltiplas.” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 55). Assim, torna-se impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, e vice-versa.

Nessa perspectiva, além de analisar o Programa Universidade para Todos no contexto das reformas educacionais e suas motivações exógenas, é preciso tratar o fenômeno também pelo lado da demanda. Trata-se de investigar até que ponto a corrida em massa pelas bolsas do Prouni, além de certamente resultar da inculcação do discurso hegemônico sobre o papel crucial da educação e do conhecimento na sociedade globalizada, expresso na mídia e transformado pela repetição diária e onipresente em verdade cristalina, sem complexidades e contradições, também pode resultar de cálculo consciente, de uma estratégia de fuga de um destino social reservado para os jovens de baixa renda que não têm acesso ao ensino médio considerado de boa qualidade.

Em *A miséria do mundo*, (1997) Bourdieu adverte que, embora louvável, a necessidade de ver as coisas de perto pode nos levar, muitas vezes, a procurar os princípios explicativos no lugar onde eles não se encontram, ou seja, no próprio lugar da observação. Do mesmo modo, em outros escritos, alerta para o perigo de sobrepormos os modelos ao exame das realidades concretas. Longe da interpretação reducionista que muitos críticos do reprodutivismo fizeram de sua obra no Brasil, a herança sociológica de Bourdieu ultrapassa, pela negação do objetivismo, a absolutização da força das estruturas sem, entretanto, suprimir a ação dos indivíduos do jogo social. É nesse equilíbrio delicado que se situa o problema dos jovens de baixa renda que cursam universidades privadas brasileiras.

Também em *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura*, (In: Escritos da Educação, 2007) este autor afirma que as famílias mais pobres têm as aspirações limitadas pelas oportunidades objetivas e que tomam a realidade por seus desejos, reproduzindo a estratificação social. O acesso ao ensino superior representaria, portanto, o resultado de uma superseleção que, ao longo dos anos dos anos de escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Assim, as famílias dos filhos das

classes populares que chegam até o ensino superior parecem diferir da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global, quanto por seu tamanho. Apresentam uma situação cultural original, “[...] quer tenham sido afetadas por mobilidade descendente ou tenham uma atitude frente à ascensão que as distingue do conjunto das famílias de sua categoria.” (BOURDIEU, 2007, p. 43-4).

O que sabemos sabemos sobre isso quando se trata dos alunos do ProUni?

Os conceitos de capital cultural, em suas diversas manifestações, e o de capital social mostram-se bastante profícuos para a compreensão do fenômeno, visto que, em contraste com os jovens de famílias mais abastadas, cujo capital cultural é constituído, dentre outros aspectos, por informações sobre o mundo universitário, sobre carreiras e ainda pela incorporação de hábitos e gostos que, inculcados naturalmente durante anos, aparecem como dons, o jovem de baixa renda que consegue acesso ao ensino superior, precisou de mais esforço e, certamente, de uma rede de relações (capital social) importantes para almejar e conseguir o que, para muitos, se apresenta como o caminho natural.

A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação entre o nível cultural global da família e o êxito escolar. O capital cultural, na teoria de Bourdieu, é um sistema de valores interiorizados, um conjunto de prioridades adquiridas pelos indivíduos sob a forma incorporada, objetivada e institucionalizada.

Finalmente, talvez seja importante recuperar alguns estudos, como os de Setton (2005), que baseada em Lahire, busca apresentar uma concepção mais ampliada de capital cultural, focalizando outras formas de adquirir os bens da cultura e do conhecimento, outras estratégias e práticas culturais híbridas, exercidas e difundidas por outras instâncias mais características da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de apreensão da realidade social pressupõe olhar criativo e postura inovadora diante do objeto/sujeito de estudo. Contudo, nem sempre as análises sobre as políticas públicas abordam os aspectos contraditórios da questão. O programa Universidade para Todos (ProUni) entra, na década que se inicia, em seu sexto ano e, durante esse breve período de funcionamento, tem sido alvo de toda sorte de críticas. Dentre estas se destacam a de favorecimento das instituições de ensino superior privadas, por meio da renúncia fiscal, o fato de apresentar como benefício o que constitui direito do cidadão, e ainda o efeito perverso de destinar aos jovens mais pobres um ensino de segunda classe, tendo em vista que faculta a

participação no Programa de instituições de qualidade duvidosa e que oferecem ou podem oferecer outro tipo de educação pós-média que não as graduações tradicionais, como, por exemplo, os cursos sequenciais.

Assinale-se, entretanto, o contraste entre a enxurrada de argumentos apresentados por muitos dos defensores da reserva de vagas nas universidades públicas e o relativo silêncio sobre o Prouni no que se refere ao aspecto concreto do programa, ou seja, os jovens que passaram a ter acesso ao ensino superior após a implantação dessa política, que alcança, nesse primeiro semestre de 2010, sua 11ª edição. Os argumentos da reparação e do direito a cursar universidade não são lembrados para esse segundo grupo. Evidentemente que a questão da qualidade das instituições que freqüentam, e da permanência nessas instituições são aspectos importantes a serem considerados, entretanto não se pode negar que, com a ampliação do ensino médio durante as últimas décadas e a impossibilidade de esses jovens terem acesso ao ensino superior de qualidade engendra-se uma equação perversa, segundo a qual os já prejudicados alunos que não puderam pagar o ensino médio privado, caso não ocupassem as vagas oferecidas via ProUni teriam, por via de consequência, de esperar a ampliação das vagas nas universidades públicas ou o ensino básico de qualidade para todos.

Aqui é importante lembrar com Lahire (1997, p. 33) que "[...] estamos diante de seres sociais concretos que entram em relação de interdependência específicas e não "variáveis" ou "fatores" que agem na realidade social."

NOTAS

¹ Apenas 13% dos jovens brasileiros entre 20 e 24 anos encontra-se matriculado em estabelecimentos de ensino superior, proporção muito menor que a alcançada por países como Argentina (36%), Uruguai (29%), Chile (28%) e Colômbia (17%).

² Trecho da fala dos professores José Marcelino de Rezende e Lisete Arelaro. PROUNI favorece instituições privadas e não é garantia de qualidade no ensino, alertam professores. USP Online. Educação. 22.12.04. Disponível em: <> Acesso em março de 2010.

³ Disponível em:< <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/07/358444.shtml>> Acesso em 2010.

⁴ Entrevista em 20/09/2004. Correio da Cidadania.

⁵ Lígia Rodrigues, conselheira da SBPC/RJ. Debate . Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=26438>>. Acesso em 2010.

⁶ Parte do Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil no Contexto da Reforma Universitária, publicado no periódico Educar em Revista em 2006.

7 O Prouni reserva, ainda, bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e indígenas, em cada Estado, segundo o último censo do IBGE. Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa. (Disponível em: <<http://site.prouni.mec.gov.br>>)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://pde.mec.gov.br>>.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em:< <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/legislacao.shtm>>>>>. Acesso em: dezembro de 2009.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004: institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em:< <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/legislacao.shtm>>>>>. Acesso em: dezembro de 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, Campinas out. 2006.

CARVALHO, José Renato. In: FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2009. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor>>. Acesso em: dezembro de 2009.

CARVALHO, José Carmelo. O PROUNI como política de inclusão: estudo de campo sobre dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsista no biênio 2005-2006. GT: Políticas de Educação Superior / nº 11. Disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-3336--Int.pdf>. Acesso em 25/11/2008.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, jul./dez. 2006. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária.

COSTA, Marcio da; CUNHA, Marcela Brandão. Estudantes pobres recém-chegados ao ensino superior: o que pensam os próprios? *Revista Contemporânea de Educação*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, jan/jun 2007.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília, dez. 2003. Macroplan – Prospectiva & Estratégia.
GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 90, Campinas jan./abr. 2005

SILVA, Jailson de Sousa. *Por que uns e não outros?* Caminhada de jovens de origem popular para a universidade. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2001.

WEBER, Demétrio. ProUni recebe 822.254 inscrições para bolsas. *O Globo*, 12 fev.2010.